



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

DO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA - PR

Artigo 37 da Constituição Federal | Artigo 153 da Lei Orgânica Municipal
Criado de Acordo com a Lei Municipal 2603/2016 Regulamentado pelo decreto 452/2016

www.jaguariaiva.pr.gov.br

Jaguariaíva, 22 de agosto de 2025

08 Páginas / Ano 9 / Edição nº 955



LEIS

LEI nº. 3073/2025

EMENTA:Institui a Semana Municipal de Conscientização sobre os Riscos das Apostas e da Ludopatia, a ser realizada anualmente na última semana de agosto, antecedendo a campanha do Setembro Amarelo, com o objetivo de informar, prevenir e combater os impactos negativos causados pela compulsão em jogos de azar e apostas, especialmente entre crianças, adolescentes e jovens.

AUTORIA: Vereador Alan Tafarel Cardozo Monteiro.

A Câmara Municipal de Jaguariáiva Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulga em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

Art. 1º Fica instituída, no Município de Jaguariáiva, a Semana Municipal de Conscientização sobre os Riscos das Apostas e da Ludopatia, a ser realizada anualmente na última semana de agosto, antecedendo a campanha do Setembro Amarelo, com o objetivo de informar, prevenir e combater os impactos negativos causados pela compulsão em jogos de azar e apostas, especialmente entre crianças, adolescentes e jovens.

§1º Durante a Semana, o Poder Público poderá, em parceria com instituições de saúde, educação, segurança e assistência social, realizar as seguintes ações:

- Campanhas educativas nas escolas, praças públicas, unidades de saúde e redes sociais;
- Palestras com especialistas em saúde mental, dependência, educação financeira e direito;
- Distribuição de cartilhas informativas sobre os riscos da ludopatia;
- Passeatas e caminhadas de conscientização com participação da rede municipal de ensino, CAPS e entidades civis;
- Rodas de conversa e oficinas nas escolas e comunidades;
- Sessões públicas e audiências temáticas na Câmara Municipal;
- Divulgação de canais de apoio psicológico e de detinências.

§2º O Poder Executivo poderá firmar parcerias com universidades, ONGs, igrejas, movimentos sociais e instituições privadas para ampliar o alcance das ações da Semana.

Art. 2º Para fins desta Lei, entende-se por ludopatia o transtorno do jogo patológico, caracterizado pelo impulso incontrolável de apostar e jogar, com graves consequências para a saúde mental, vida social e financeira do indivíduo.

Art. 3º Fica proibida, em todo o território do Município de Jaguariáiva, a publicidade e propaganda de casas de apostas, jogos de azar, plataformas de bets, cassinos online e congêneres em:

- Prédios, espaços e repartições públicas municipais, incluindo escolas, postos de saúde, ginásios, estádios, praças e centros comunitários;
- Veículos oficiais da Administração Pública, como ônibus escolares, ambulâncias e viaturas;
- Uniformes e materiais utilizados em eventos esportivos, culturais e educacionais promovidos ou apoiados pelo Poder Público;
- Sites, aplicativos, redes sociais e qualquer plataforma digital oficial da Prefeitura ou de seus órgãos.

Art. 4º O descumprimento do disposto no artigo anterior implicará:

- Notificação e retirada imediata do material publicitário;
- Multa administrativa à empresa responsável pela propaganda, conforme regulamento a ser editado pelo Poder Executivo;
- Em caso de reincidência, poderá ser vetada a participação da empresa em licitações, parcerias ou eventos promovidos pelo Município.

Art. 5º A presente Lei tem como objetivos:

- Proteger crianças, adolescentes e famílias da banalização das apostas e jogos de azar;
- Prevenir o crescimento da ludopatia no Município;
- Preservar o caráter educativo e formativo dos espaços Públicos Municipais;
- Estimular o debate consciente sobre os riscos da dependência comportamental.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber, assegurando sua plena aplicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 22 de agosto de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

LEI nº. 3074/2025

EMENTA:Altera dispositivos da Lei Municipal nº. 2.759, de 24 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Uso e Ocupação do Solo no Município de Jaguariáiva, para fins de compatibilização das atividades de saneamento básico com o zoneamento urbano e das outras providências.

AUTORIA: Poder Executivo Municipal.

A Câmara Municipal de Jaguariáiva Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulga em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

Art. 1º O artigo 3º, inciso V, alínea "c" da Lei Municipal nº. 2.759, de 24 de dezembro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º. (...)

V - (...)

c) (13) **INDÚSTRIA TIPO 3 – Atividades industriais** em estabelecimento que implique na *fixação de padrões específicos, quanto as características de ocupação do lote, de acesso, de localização, de tráfego, de serviços urbanos e disposição dos resíduos gerados, tais como: construção de embarcações, curtiúme, desdobramento de madeira, destilação de álcool, estampa de madeira para exportação (ressecamento), frigorífico, fundição de peças, fundição de purificação de metais preciosos, geração e fornecimento de energia elétrica, indústria cerâmica, indústria de abrasivo, indústria de águas minerais, indústria de artefatos de amianto, indústria de artefatos de cimento, indústria*

de beneficiamento, indústria de bobinamento de transformadores, indústria de compensados e/ou laminados, indústria de fumo, indústria de implementos rodoviários, indústria de madeira, indústria de mármore, indústria de plásticos, indústria de produtos biotecnológicos, indústria eletromecânica, indústria granito, indústria mecânica, indústria metalúrgica, indústria petroquímica, montagem de veículos, peteliário, produção de elemento químico e de produtos inorgânico e orgânico, produção de óleos vegetais e outros produtos em madeira, produção de óleos, gorduras e ceras vegetais e animais, reciclagem de plásticos, reciclagem de sucatas metálicas, reciclagem de sucatas não metálicas, recuperação de resíduos têxteis, refinação de sal de cozinha, secagem e salga de couro e peles, sementação de aço, sinterização ou pelotização de carvão de pedra e coque, tanotaria, tempera de aço, tempera e sementação de aço, torrefação e moagem de cereais, tratamento e distribuição de água, tratamento de efluente doméstico e seus resíduos usina de concreto, zincagem, fabricação de: açúcar, adubos, água sanitária, álcool, alvejante, anodos, antenas, aparelhos, peças e acessórios para agricultura, aparelhos e equipamentos eletrônicos terapêuticos, aquecedores, peças e acessórios, armas metálicas, argamassa, armas, artefatos de borracha, artefatos de concreto, artefatos de espuma de borracha, artefatos de fibra de vidro, artefatos de metal, artefatos de parafina, artigos de caldeiras, artigos de cutelaria, artigos de material plástico e/ou acrílico, artigos de tanotaria, artigos diversos de fibra, artigos para refrigeração, artigos proxiônicos, asfalto, bebidas, bicicletas, biscotos e bolachas, bombas e motores hidráulicos, borracha e látex sintéticos, brinquedos, caçambas, café, cal, caldeiras, turbinas, e motores marítimos, câmaras de ar, canos, canos metálicos, carpetes para veículos, carroços, carrocerias para veículos automotores, cartão, cartolina, casas pré-fabricadas, celulose, ceras para assalhos, chapas e placas de madeira, cimento, cola, combustíveis e lubrificantes, componentes e turbinas, concentrados aromáticos, corretivos do solo, cosméticos, cristais, defensivos agrícolas, desinfetantes, elevadores, equipamentos contra incêndio, equipamentos e aparelhos para controle visual, pedagógico, equipamentos e materiais de proteção e segurança de trabalho, equipamentos eletrônicos e/ou elétricos, equipamentos esportivos, equipamentos hospitalares, equipamentos industriais, peças e acessórios, equipamentos náuticos, equipamentos para transmissão industrial, equipamentos para telecomunicação, equipamentos pneumáticos, esmaltes, espelhos, espumas de borracha, estruturas de madeira, estruturas metálicas, explosivos, fernetos e leveduras, ferramentas, fertilizantes, fios e arames de metais, fios metálicos, fornecidas e inseticidas, fósforos, fungicidas, gás de hulha e nafta, gelatinas, germicidas, glicerina, graxas, impermeabilizantes, lacas, laminados, laminados de metais, laminados plásticos, lâmpadas, licores, loções, malte, manilhas, canos, tubos e conexão de material plástico, máquinas e aparelhos para produção e distribuição de energia elétrica, máquinas e equipamentos agrícolas, máquinas mozeres não elétricos, máquinas para meio-fio, máquinas, peças e acessórios, massa plástica, massas alimentícias, massas para vedação, mate solúvel, materiais para acondicionamento de pneumáticos, materiais para estofos, material eletroeletrônico, material fotográfico, material hidráulico, material para medicina, cirurgia e odontologia, matérias primas para inseticidas e fertilizantes, medicamentos, moldes e matrizes de peças e embalagem plástica montados de tratores, máquinas, peças e acessórios de terraplenagem, motocicletas, motores para tratores agrícolas, munição para caça e esporte, munições, oxigênio, papel, papelão, peças de gesso, peças e acessórios para máquinas agrícolas, peças e acessórios para motocicletas, peças e acessórios para veículos, peças e equipamentos, mecânicos, pisos, placas de baterias, pneumáticos, preparados para limpeza e/ou polimento, produtos agrícolas, produtos de higiene pessoal, produtos de perfumaria, produtos derivados da destilação do carvão de pedra, produtos químicos em geral, rações balanceadas e alimentos preparados para animais, rebofo, relaminados e ligas de metais não ferrosos, resinas de fibras, sabões, saponíferos, sebo, secantes, soldas, solventes, tanques, reservatórios e outros recipientes metálicos, tecidos, telas metálicas, telha ondulada em madeira, telhas, tintas, treifados de ferro, aço e de metais não ferrosos, triciclos, tubos metálicos, veículos, vernizes, vidros, vinagre, xaropes."

Art. 2º. Fica acrescido ao artigo 3º da Lei Municipal nº. 2.759, de 24 de dezembro de 2018, o inciso VI e parágrafos 1º, 2º e 3º, com a criação de um novo grupo de uso, os quais contarão com a seguinte redação:

"Art. 3º. (...)

VI - USO INSTITUCIONAL DE SANEAMENTO – compreende as atividades destinadas à prestação dos serviços públicos de saneamento básico, nos termos da legislação federal vigente, abrangendo:
- Estações de Tratamento de Água (ETA);
- Estações Elevatórias de Água;
- Reservatórios de água potável;
- Estações de Tratamento de Efluentes (ETE);
- Estações Elevatórias de Esgoto;
- Unidades de tratamento e disposição de lodo e resíduos oriundos dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

§1º. As atividades previstas neste inciso são classificadas como de interesse público essencial e serão tratadas como uso institucional específico, independente do enquadramento industrial.

§2º. Para fins de compatibilização com o zoneamento urbano, será criada zona própria, denominada Zona Institucional de Saneamento (ZIS), onde os usos definidos neste inciso serão considerados permitidos.

§3º. O Poder Executivo Municipal poderá, mediante

atualização cartográfica e técnica, reclassificar as áreas atualmente ocupadas pelos sistemas públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário como ZIS, mediante parecer técnico da unidade de planejamento urbano e deliberação dos Conselhos competentes."

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente contidas na Lei Municipal nº. 2.759/2018.

Paço Municipal, 22 de agosto de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal



DECRETOS

DECRETO nº. 1031/2025

O Prefeito Municipal de Jaguariáiva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, II da Constituição Federal e 67, X, XI, XXVI da Lei Orgânica Municipal, e com base no Protocolo Geral sob nº. 11594/2025,

DECRETA

Artigo 1º. **NOMEIA** para compor a **COMISSÃO DE ANÁLISE DE ÓBITOS DO HOSPITAL CAROLINA LUPION**, os seguintes representantes:

• Como Presidente e Membro de nível superior do Serviço de Enfermagem, a senhora:
o **ALINE DALCIN SEGABINAZI**, brasileira, divorciada, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Enfermeira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XX.XXX.515-25 SSP/RS e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.320-27.

• Vice-Presidente e Membro Representante de nível superior do Serviço de Enfermagem, a senhora:
o **HELENICE FREITAS**, brasileira, solteira, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Enfermeira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.XXX.429-7 SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.639-54.

• Secretária e Membro Representante de nível superior do Serviço de Farmácia Hospitalar, a senhora:
o **DANIELE TESSARINI BENATO**, brasileira, casada, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Farmacêutico Bioquímico, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.XXX.429-7 II/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.639-54.

• Membro Representante de nível superior dos Serviços de Médicos e Diretor Técnico, o senhor:
o **ALEXANDER PINHEIRO PIÉROLA**, brasileiro, solteiro, Médico, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. XXX.343 SSP/RO e inscrito no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.602-97.

• Representante de nível superior dos Serviços de Médicos, o senhor:
o **MARCELO CHEIBUBIM**, brasileiro, casado, Médico, portador da cédula de identidade R.G. nº. XXXX.308-3 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.579-19.

• Membro Representante de nível superior, do Serviço de Direção Administrativa, o senhor:
o **CLEITON EDERSON BALDISSERA**, brasileiro, casado, servidor público municipal com cargo em provimento efetivo de Motorista Habilitação C, D e E, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXX.512-3 II/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.579-18.

• Membro representante de nível médio do setor de Faturamento, a senhora:
o **NOEMI KOVALHUK MARTINS DOS SANTOS**, brasileira, viúva, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXX.852-3 II/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.829-80.

• Membro representante de nível médio do setor da Vigilância Epidemiológica, a senhora:
o **PATRICIA MARIA SKAVINSKI**, brasileira, solteira, servidora pública municipal com cargo em provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXX.654-3 II/PR e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.579-19.

Artigo 2º. Os serviços prestados em decorrência deste Decreto, serão sem ônus para o Município, sendo considerados de caráter relevante e de interesse público (artigo 4º. da Lei Municipal nº. 2155/2010).

Artigo 3º. Fica revogado o Decreto nº. 363/2025.

Artigo 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º. Publique-se, registre-se e anote-se.

Gabinete do Prefeito, 21 de agosto de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

MARLUS BARBOSA PEREIRA
Secretário Municipal de Saúde

DECRETO nº. 1032/2025

Súmula: Dispõe sobre a Autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 47.800,00 (Quarenta e sete mil e oitocentos reais).

O Prefeito Municipal de Jaguariáiva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002, Lei Federal nº. 4.320/64 e artigo 4º. e 7º. da Lei Municipal nº. 3.018/2024,



DECRETA

Artigo 1º. Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Jaguaraiava, no Corrente Exercício Financeiro, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 47.800,00 (Quarenta e sete mil e oitocentos reais) para as seguintes Dotações Orçamentárias:

09 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO – SETUR

2.034 Manutenção dos Serviços Administrativos da SETUR

156 3.1.90.94.00.00.00.00 0000 Indenizações e Restituições Trabalhistas	14.800,00
158 3.3.90.14.00.00.00.00 0000 Diárias – Pessoa Civil	3.000,00

10 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SEMEC

2.040 Manutenção dos Serviços Administrativos da SEMEC

188 3.3.90.30.00.00.00.00 0103 Material de Consumo	20.000,00
--	-----------

11 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

2.069 Manutenção da Vigilância Sanitária

339 3.3.90.39.00.00.00.00 0498 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10.000,00
---	-----------

Artigo 2º. Os recursos necessários à suplementação a que se refere o artigo anterior, decorrerão do artigo 4º, incisos I, II, III, IV e V, artigo 7º, Parágrafo 1º e 2º, inciso II da Lei nº. 3.018/2024, artigo 43, Parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº. 4.320/1964, provenientes:

I. Oriundo do cancelamento da seguinte Dotação:

09 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO – SETUR

2.034 Manutenção dos Serviços Administrativos da SETUR

153 3.1.90.11.00.00.00.00 0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	14.800,00
165 4.4.90.52.00.00.00.00 0000 Equipamentos e Material Permanente	3.000,00

10 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SEMEC

2.040 Manutenção dos Serviços Administrativos da SEMEC

190 3.3.90.39.00.00.00.00 0103 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	20.000,00
---	-----------

11 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

2.069 Manutenção da Vigilância Sanitária

338 3.3.90.30.00.00.00.00 0498 Material de Consumo	10.000,00
--	-----------

Artigo 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal nº. 2.866, de 02 de agosto de 2021 (Plano Plurianual - PPA 2022 - 2025).

Artigo 4º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal nº. 3.012, de 25 de setembro de 2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2025).

Artigo 5º. Este Decreto entrará em vigor na presente data.

Artigo 6º. Publique-se, registre-se e anote-se.

Gabinete do Prefeito, 21 de agosto de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

DECRETO n°. 1033/2025

Súmula: Cria o Plano Municipal de Cultura – PMC e dá outras providências.

O Prefeito de Jaguaraiava, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso IX, X e XI da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 29 de novembro de 2002, e ainda com base no Protocolo Geral sob nº. 11529/2025,

DECRETA

CAPÍTULO I DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º. O Plano Municipal de Cultura – PMC define políticas públicas por 10 (dez) anos, assegurando o estabelecimento de um sistema de gestão pública e participativa e o acompanhamento e avaliação das políticas culturais, proteção e promoção do patrimônio e da diversidade cultural, acesso a produção e fruição da cultura em todo o Município, além da inserção da cultura em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico, e terá como princípios:

- a universalização do acesso à cultura;
- a afirmação dos valores, identidades, diversidade e pluralismo cultural;
- a participação da sociedade civil e o diálogo com Agentes Culturais e criadores;
- a implantação de um modelo qualificado de gestão compartilhada, eficaz e eficiente no planejamento e execução de políticas culturais;
- a transversalidade e a integração da política cultural com as demais políticas de Estado;
- a cultura como fator de desenvolvimento sustentável local e regional;
- a valorização da memória e do patrimônio cultural.

Art. 2º. São objetivos do Plano Municipal de Cultura – PMC:

- universalizar o acesso à arte e à cultura;
- reconhecer e valorizar a diversidade cultural, os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos de seus detentores;
- valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais;
- articular políticas públicas de cultura buscando a transversalidade com outras áreas;
- fortalecer a ação do Município no planejamento e na execução das políticas culturais;
- qualificar a gestão na área cultural;
- formular, implementar, acompanhar e avaliar políticas culturais;
- qualificar ambientes e equipamentos culturais e permitir aos criadores o acesso às condições e meios de produção cultural;
- fomentar a produção e a difusão de conhecimentos, bens e serviços culturais;

- preservar e promover o patrimônio cultural material e imaterial;
- criar mecanismos para o desenvolvimento da economia da cultura estimulando a sustentabilidade dos processos culturais.

Art. 3º. O Plano Municipal de Cultura – PMC será coordenado pelo Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC e pelo órgão gestor Municipal de Cultura.

Parágrafo Único. O Conselho Municipal de Cultura – CMPC exercerá a função de coordenação executiva do Plano Municipal de Cultura – PMC, conforme esta Lei, ficando responsável pela organização de suas instâncias, pelos termos de adesão, pelo estabelecimento de cronogramas, pelos regimentos de demais especificações necessárias à sua implantação.

Art. 4º. A implementação do Plano Municipal de Cultura – PMC será feita em regime de cooperação entre o Município, o Estado do Paraná e em parceria com a União, haja vista o Plano Nacional de Cultura, instituído pela Lei Federal nº. 12.343, de 02/12/2010.

Parágrafo Único. A implementação dos programas, projetos e ações instituídos no âmbito do Plano Municipal de Cultura – PMC poderá ser realizada com a participação de instituições públicas ou privadas, mediante a celebração de instrumentos previstos em Lei.

CAPÍTULO II DAS ATRIBUIÇÕES DO PODER PÚBLICO

Art. 5º. Compete ao Poder Público, nos termos desta Lei:

I. Formular, em conjunto com o Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC, políticas públicas e programas que conduzam à efetivação dos objetivos, diretrizes e metas do Plano;

II. garantir a avaliação e a mensuração do desempenho do Plano Municipal de Cultura – PMC e assegurar sua efetivação pelos órgãos responsáveis;

III. fomentar a cultura de forma ampla, por meio da promoção e difusão, da realização de editais e seleções públicas para o estímulo a projetos e processos culturais, da concessão de apoio financeiro e fiscal aos Agentes Culturais, da adoção de subsídios econômicos, da implantação regulada de fundos públicos e privados, entre outros incentivos, nos termos desta Lei;

IV. proteger e promover a diversidade cultural, a criação artística e suas manifestações e as expressões culturais, individuais ou coletivas, de todos os grupos étnicos e suas derivações sociais, reconhecendo a abrangência da noção de cultura em todo o território e garantindo a multiplicidade de seus valores e formas;

V. promover e estimular o acesso à produção e ao empreendimento cultural, a circulação e o intercâmbio de bens, serviços e conteúdos culturais, e o contrato e a fruição da arte e da cultura de forma universal;

VI. garantir a preservação do patrimônio cultural Jaguaraiavense, resguardando os bens de natureza material e imaterial, os documentos históricos, acervos e coleções, as formações urbanas e rurais, as línguas e cosmologias indígenas, os sítios arqueológicos pré-históricos e as obras de arte, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência aos valores, identidades, ações e memórias dos diferentes grupos formadores da sociedade Jaguaraiavense;

VII. articular as políticas públicas de cultura e promover a organização de redes e consórcios para a sua implantação, de forma integrada com as políticas públicas de educação, comunicação, ciência e tecnologia, direitos humanos, meio ambiente, turismo, planejamento urbano, desenvolvimento econômico e social, indústria e comércio, relações exteriores, entre outras;

VIII. dinamizar as políticas de intercâmbio e a difusão da cultura Jaguaraiavense na região, no estado, no país e no mundo, promovendo bens culturais e criações artísticas da cidade no ambiente Regional, Estadual, Nacional e Internacional e dar suporte à presença desses produtos nos mercados de interesse econômico e geopolítico do país;

IX. organizar instâncias consultivas e de participação da sociedade para contribuir na formação e debater estratégias de execução das políticas públicas de cultura;

X. regular o mercado interno, estimulando os produtos culturais Jaguaraiavenses com o objetivo de reduzir desigualdades sociais e regionais, profissionalizando os Agentes Culturais, formalizando o mercado e qualificando as relações de trabalho na cultura, consolidando e aplicando os níveis de emprego e renda, fortalecendo redes de colaboração, valorizando empreendimentos de economia solidária e controlando abusos de poder econômico;

XI. condicionar o processo de elaboração de planos setoriais para as diferentes áreas artísticas, respeitando seus desdobramentos e segmentações, e também para os demais campos de manifestações simbólicas identitárias entre as diversas expressões culturais e que reiventem em sua estruturação;

XII. incentivar a adesão de organizações e instituições do setor privado e entidades da sociedade civil às diretrizes e metas do Plano Municipal de Cultura – PMC por meio de ações próprias, parcerias, participação em programas.

CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES, METAS E AÇÕES

Art. 6º. São diretrizes do Plano Municipal de Cultura – PMC:

I. fortalecer a ação do Município no planejamento e na execução das políticas culturais, intensificar o planejamento de programas e ações voltados ao campo cultural e consolidar a execução de políticas para a cultura;

II. reconhecer e valorizar a diversidade, bem como proteger e promover as artes e expressões culturais;

III. universalizar o acesso à arte e à cultura, qualificar ambientes e equipamentos culturais e permitir aos criadores o acesso às condições e meios de produção cultural;

IV. ampliar a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico sustentável, promover as condições necessárias para a consolidação da economia criativa e da cultura, além de induzir estratégias de sustentabilidade nos processos culturais;

V. estimular a organização de instâncias consultivas, construir mecanismos de participação da sociedade civil e ampliar o diálogo com os Agentes Culturais e criadores.

Art. 7º. São metas e respectivas ações do Plano Municipal de Cultura – PMC:

I - Implantar integralmente o Sistema Municipal de Cultura – SMC, objetivando sua institucionalização e integração aos Sistemas Estadual e Nacional de Cultura, nos seguintes termos:

- implantar o Sistema Municipal de Cultura – SMC e manter os elementos necessários que o compõem;
- implantar e regulamentar redes de articulação entre os diversos setores da Administração Pública local e regional;
- realizar conferências Municipais com o objetivo de promover a institucionalização da cultura no Município;
- manter a participação nos sistemas Nacional e Estadual de Cultura;
- promover a organização e profissionalização artístico-cultural do Município;

II - criar indicadores e mecanismos de monitoramento e avaliação com revisão periódica;

- estimular a criação de planos setoriais em todas as áreas artístico-culturais.
- garantir o pleno funcionamento e o acesso público ao Fundo Municipal de Cultura – FMC.

III - fomentar a área cultural por meio de projetos e ações culturais, nos seguintes termos:

- realizar ações de sensibilização quanto à importância do investimento na cultura para o desenvolvimento humano;
- realizar acordos para a revisão das Leis com órgãos responsáveis pelas questões orçamentárias do Município;
- elaborar, em parceria com os órgãos e poderes competentes, propostas de facilitação do acesso aos recursos financeiros;
- apoiar o investimento em cultura com a utilização de percentual de pagamentos de royalties;
- realizar o depósito para Prefeitura, no primeiro trimestre de cada ano, dos recursos do Fundo Municipal de Cultura aprovados no Orçamento do Município, na conta bancária vinculada criada exclusivamente para a uma movimentação, para que, a partir daí, sejam lançados os editais de projetos que serão

financiados pelo fundo naquele exercício.

III - Fortalecer o sistema de financiamento cultural, atendendo às demandas de todas as regiões do Município, nos seguintes termos:

- realizar ações de sensibilização quanto à importância do investimento na cultura para o desenvolvimento humano;
- articular parcerias para o fomento de atividades culturais com as esferas Estadual, Federal e privada;
- Elaborar e publicar no mínimo 01 (um) edital por ano do Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC, instituído pela Lei Municipal nº. 3060/2025, focado na descentralização cultural no Município;
- implementar o funcionamento do Fundo Municipal da Cultura – FMC, selecionando projetos e concursos por meio de editais públicos, atendendo as demandas regionais, por setorial, de acordo com seus respectivos planos;
- criar mecanismos de sensibilização da sociedade civil quanto à importância do investimento na área cultural como forma de acesso à cidadania plena;
- incentivar a abertura de espaços públicos ou privados com produtos culturais para venda, em especial as obras de artistas que desenvolvem seus trabalhos na cidade.

IV - Ampliar e adequar os quadros funcionais na área cultural, atendendo às demandas de cada setor nos próximos 10 (dez) anos, nos seguintes termos:

- Estimular a criação de carreiras para a área artístico-cultural;
- Realizar, em parceria com os órgãos competentes, propostas de concurso público para cargos da administração cultural;
- Elaborar, em parceria com os órgãos e poderes competentes, propostas de implantação de plano de cargos e salários na área artístico-cultural;
- Apoiar mecanismos para regulamentação da profissão de Gestor Cultural.

V - Criar e implantar programas de formação e capacitação na área cultural, nos seguintes termos:

- oferecer aos Agentes e Gestores Culturais e à sociedade civil cursos, oficinas e seminários de capacitação e aperfeiçoamento técnico na área artística, cultural e de elaboração de projetos;
- estabelecer parcerias com instituições (universidades, institutos federais, entre outras) para a formação continuada de Gestores Culturais e capacitação técnica dos Agentes Culturais, conservando a transversalidade do conhecimento e a vivência artística;
- apoiar e incentivar a pesquisa científica e tecnológica no campo artístico e cultural, por meio de parcerias;
- promover a integração entre gestores, pesquisadores, artistas e comunidade para integrar o conhecimento acadêmico e os saberes tradicionais e populares às políticas públicas;
- qualificar Agentes Culturais para o atendimento às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;
- estimular a Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC a implantar disciplinas ligadas às diferentes áreas da cultura, capacitando seus profissionais;
- incentivar residências artísticas e intercâmbios;
- promover a criação de oficinas e projetos voltados especificamente para pessoas com deficiência;
- desenvolver uma página específica no site oficial da Prefeitura destinada à divulgação de editais e oportunidades culturais;
- Implantar um canal de comunicação on-line direto com os Agentes Culturais e artistas do Município.

VI - Cadastrar, mapear e diagnosticar os dados do setor cultural, nos seguintes termos:

- Consolidar a implantação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC de forma integrada aos Sistemas Estadual e Nacional de Informação e Indicadores Culturais – SNIIC;
- Manter e autorizar o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC, tornando-se acessível;
- Incentivar a alimentação constante dos dados culturais no Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC, ampliando o mapeamento, o diagnóstico e a divulgação da cultura na cidade;
- Transformar o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC, em uma ferramenta de avaliação do Plano Municipal de Cultura – PMC e das atividades culturais no Município;
- Produzir diagnósticos, estudos e propostas tendo como base o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC para implementação de políticas públicas de cultura;
- Mapear atividades, territórios criativos, lugares, grupos e fazeres culturais materiais e imateriais, formando mecanismos de salvaguarda e difusão, de modo a fortalecer as identidades territoriais e explicar a diversidade;
- Estimular a abertura de editais direcionados a pesquisas, como forma de coletar dados para o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC;
- criar um banco de dados dos artistas atuantes em Jaguaraiava, com ampla divulgação e incentivo.

VII - Criar, implementar e aperfeiçoar mecanismos de informação e divulgação que atinjam todo o Município, nos seguintes termos:

- Ampliar e aperfeiçoar os mecanismos de comunicação e informação do órgão gestor de Cultura utilizando as ferramentas tecnológicas disponíveis;
- Incentivar parcerias com os meios de comunicação, incluindo as rádios e TVs públicas e comunitárias, e redes sociais, para a divulgação de atividades culturais;
- Estimular a criação de meios de comunicação nos bairros;
- Criar e divulgar uma agenda cultural do Município;
- Envolver os órgãos, gestores e empresários de Turismo na gestão, planejamento e estratégia de divulgação dos equipamentos culturais, promovendo espaços de difusão de atividades;
- Apoiar a divulgação dos programas culturais criados pelos governos Federal, Estadual e Municipal;
- Apoiar mecanismos de difusão e divulgação de bens culturais;
- Integrar as políticas de comunicação e as políticas de cultura do Município;

VIII - Atualizar a cada 04 (quatro) anos, em parceria com a Câmara Municipal e o Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC, os marcos legais da cultura municipal, visando garantir o direito cultural nos seus diversos aspectos (como acesso, diversidade cultural, informação, liberdade de expressão), nos seguintes termos:

- Discutir e deliberar nas Conferências de Cultura os marcos legais da cultura;
- Encaminhar, por meio do Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC, as demandas de cultura para a Câmara de Vereadores, Assembleia Legislativa e Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado);
- Realizar, em parceria com os órgãos e poderes competentes, propostas de ajustes nas Legislações relativas à vida cultural.

IX - Criar e fortalecer o Sistema Municipal de Museus de Jaguaraiava, nos seguintes termos:

- Elaborar, implantar e consolidar a Política Municipal de Museus;
- Elaborar, implantar o Plano Setorial de Museus de Jaguaraiava;
- Incentivar a participação popular na formação de um planejamento estratégico para o campo museal da cidade;
- Aprimorar mecanismos de gestão para a qualificação dos museus da cidade.

X - Implantar programa atual de políticas públicas de ações culturais transversais com as demais secretarias, autarquias, universidades, Sistema S, entre outros, contemplando todas as regiões do Município, nos seguintes termos:

- avaliar, com a participação da sociedade civil, projetos e programas na área cultural, visando a sua continuidade administrativa;
- apoiar e promover o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços voltadas às artes;
- estimular a transversalidade da cultura nas políticas públicas;

XI - Apoiar e incentivar as manifestações da diversidade cultural, ampliando a oferta de programas que promovam e protejam as culturas populares, de minorias e de povos tradicionais, nos seguintes termos:

- Incentivar ações que favoreçam o intercâmbio de conhecimentos, visando a inclusão e a participação de pessoas e de grupos culturais variados;



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA

Rosana Araújo Lopes - MTB. n° 3194 - PR
Jornalista Responsável

Secretaria Municipal de Comunicação
Rua Leônidas Ferreira de Barros, s/n° - Cidade Alta
(43) 3535-9306
E-mail: comunicacao@jaguaraiava.pr.gov.br





- b) Identificar e reconhecer a atividade dos mestres da cultura popular por meio do título de notório saber;
- c) Identificar e apoiar as manifestações das comunidades e povos tradicionais;
- d) Valorizar e fomentar as manifestações culturais locais fortalecendo e contemplando a diversidade cultural, com o objetivo de preservar sua memória e identidade;
- e) Valorizar os grupos de cultura popular, etnias e aqueles historicamente discriminados, como a população negra, povos de terreiro, ciganos, indígenas, quilombolas, faxinalenses, LGBTQI, movimentos de rua, população em situação de vulnerabilidade social e terceira idade e pessoas com deficiência, com a programação de ações que fortaleçam a cultura destes grupos e que resultem na inserção destes nas políticas públicas de cultura de criação, produção, difusão e fruição cultural;
- f) Incentivar e promover ações culturais que contribuam para o fim de todo o tipo de discriminação e garantam os Direitos Humanos;
- g) Estimular e priorizar a ocupação de espaços públicos por manifestações culturais populares;
- h) Inserir as expressões e manifestações da cultura negra nas ações culturais pertinentes.

XII - Estimular e fomentar a preservação, a conservação, a restauração, a pesquisa, a difusão e o uso do patrimônio cultural (material e imaterial) e natural, nos seguintes termos:

- a) Fortalecer a política de preservação do patrimônio cultural;
- b) Garantir o uso e a gestão transparentes do Fundo Municipal de Cultura – FMC para a conservação e restauração do patrimônio histórico-cultural e material;
- c) Assegurar a pesquisa e o registro sobre o patrimônio cultural material e imaterial e natural;
- d) Exigir ações preventivas de conservação em acervos documentais, museais e artísticos e bibliográficos;
- e) Desenvolver ações de valorização, pesquisa, salvaguarda e registro de acervos museológicos do Município, garantido amplo e acesso aos bens culturais;
- f) Realizar programas de pesquisa, preservação, fomento e difusão do patrimônio e da expressão cultural local e regional;
- g) Propor Legislação e fiscalizar a salvaguarda, o registro, a pesquisa e a preservação de bens culturais (materiais e imateriais) e naturais que são referência para as comunidades Jaguarienses;
- h) Digitalizar os acervos de bibliotecas, cinematecas, arquivos históricos, acervos de entidades que tiveram relevante papel na história do Município, de arquivos museológicos, registros bibliográficos, documentais, cartórios, fotografias, eclesiásticos, judiciários e cartográficos, criando assim novas modalidades de acesso e utilização desses acervos culturais por toda a população;
- i) Propor e fiscalizar processos de tombamento e manutenção de bens histórico-culturais em âmbito Municipal e, se pertinente, em âmbito Estadual e Federal;
- j) Criar Legislação específica para o registro do patrimônio material e imaterial de Jaguaraiá;
- k) Realizar eventos na área do patrimônio cultural e natural;
- l) Realizar editais para projetos de educação patrimonial, visando a valorização e a preservação do patrimônio cultural e natural;
- m) Incentivar e realizar eventos culturais em bens públicos e particulares tombados no Município;
- n) vincular a preservação do patrimônio cultural e natural ao Plano Diretor do Município.

XIII - Ampliar políticas públicas de inclusão digital nas áreas urbanas, rurais e em regiões habitadas por povos e comunidade tradicionais, nos seguintes termos:

- a) disponibilizar, gratuitamente, internet de alta velocidade para toda a população;
- b) criar projetos que promovam a apropriação social da tecnologia de informação e que ampliem o acesso à cultura digital;
- c) criar linhas de financiamento para ampliar a infraestrutura tecnológica e fomentar a criação e a circulação de conteúdos independentes;
- d) promover a apropriação das tecnologias da informação e da comunicação para ampliar o acesso à cultura digital e suas possibilidades de produção, difusão e fruição, como alternativa do desenvolvimento sustentável e livre;
- e) apoiar o mapeamento dos circuitos de arte digital, assim como de suas fronteiras e das influências mútuas com os circuitos tradicionais.

XIV - Fomentar mecanismos de investimentos para criação, construção, recuperação, adequação e manutenção de espaços culturais em todas as regiões do Município, nos seguintes termos:

- a) estimular a criação de um espaço cultural físico e on-line para cada região da cidade, respeitando as demandas da comunidade em cada um dos bairros;
- b) dotar os espaços culturais de estrutura adequada ao seu uso (espaço físico, recursos humanos, móveis, equipamentos, acessibilidade e sustentabilidade) respeitando as normas técnicas vigentes;
- c) cumprir a Legislação referente a acessibilidade nos espaços culturais da cidade;
- d) estimular as empresas locais a investirem em projetos destinados à construção, recuperação, adequação e manutenção de espaços culturais;
- e) estimular a criação de espaços culturais descentralizados para ampliação e fomento das culturas populares e movimentos culturais de rua, criados por mestres locais, artistas, grupos e entidades sem fins lucrativos;
- f) estimular a utilização das bibliotecas pela comunidade do seu entorno;
- g) cumprir as Legislações vigentes a respeito da acessibilidade nos espaços culturais e pontos turísticos da cidade.

XV - Implementar programas de formação de público, fomento, divulgação, documentação, descentralização e circulação de bens culturais, nos seguintes termos:

- a) implantar o Plano do Livro, Leitura e Literatura, possibilitando o acesso democrático ao livro e às bibliotecas públicas;
- b) fomentar programas, projetos e ações que atendam ao contido no Plano Estadual e Municipal da Criança e do Adolescente;
- c) promover e democratizar novas formas de divulgação, documentação e circulação de bens culturais e documentais, contemplando a diversidade de público;
- d) promover a integração entre espaços educacionais, esportivos, praças e parques culturais e de lazer, com o objetivo de aprimorar as políticas de formação de público, especialmente na infância e juventude;
- e) fomentar e incentivar a produção artística e cultural Jaguariáense, por meio do apoio à criação, registro, difusão e distribuição de obras, ampliando o reconhecimento da diversidade de expressões provenientes das regiões periféricas da cidade;
- f) incentivar a criação de calendários e mapas culturais que apresentem sistematicamente os locais de realização de eventos culturais, encontros, feiras, festivais e programas de produção artística e cultural;
- g) fomentar a criação de unidades móveis itinerantes, que possibilitem a circulação de apresentações artísticas, atendendo as comunidades, especialmente regiões rurais e remotas do Município;
- h) estimular o intercâmbio cultural Municipal e Intermunicipal;
- i) criar e ampliar programas que contemplem o acesso de bens e atividades culturais atendendo crianças, jovens, idosos, pessoas com deficiência, mulheres e população carcerária;
- j) promover a educação patrimonial, a formação de plateia e público como forma de fomento ao consumo cultural;
- k) estabelecer intercâmbio e hibridismo entre as diferentes linguagens artísticas;
- l) garantir a atuação de Agentes Culturais locais e profissionais da cidade especializados nos eventos e projetos.

XVI - Incentivar o intercâmbio artístico-cultural nacional e internacional, facilitando a comercialização, a distribuição e a exibição de bens culturais e artísticos produzidos na cidade, nos seguintes termos:

- a) estabelecer parcerias com o Ministério das Relações Exteriores, Organização das Nações Unidas (ONU), Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e órgãos representativos de países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas;
- b) estabelecer parcerias para o intercâmbio artístico cultural e científico do Município com países estrangeiros;
- c) instituir programas e parcerias internacionais para atender necessidades técnicas e econômicas para a compreensão e organização de suas relações com a economia contemporânea global;
- d) Estabelecer parcerias com empresas multinacionais, fundações e sociedade civil para a difusão da cultura local e promoção do intercâmbio cultural;
- e) Mapear o fluxo migratório e imigratório para conhecer, promover e valorizar a diversidade cultural.

XVII - implementar programas que permitam o desenvolvimento da economia da cultura criativa com o propósito de promover a sustentabilidade da produção artística cultural do Município, nos seguintes termos:

- a) mapear, fortalecer e articular as cadeias produtivas que formam a economia da cultura;
- b) fomentar a capacitação e o apoio técnico para a produção, distribuição, comercialização e utilização sustentável de matérias primas e produtos relacionados às atividades artísticas e culturais;
- c) criar programas de qualificação do trabalhador da cultura e promover a profissionalização do setor, assegurando condições de trabalho, emprego e renda;
- d) contribuir com as ações de formalização do mercado, possibilitando a valorização do trabalho e o fortalecimento econômico dos setores culturais;
- e) inserir as atividades culturais itinerantes nos programas públicos de desenvolvimento regional sustentável;
- f) incentivar a criação de redes e consórcios entre os Municípios da região, possibilitando a valorização das culturas locais e o intercâmbio de atividades;
- g) realizar, em parceria com os órgãos e poderes competentes, propostas de criação de agências de fomento na macrorregião dos Campos Gerais, com qualificação em gestão financeira, promoção de bens e serviços;
- h) apoiar artistas, artesãos e profissionais criativos oferecendo consultoria e assessoria nas áreas de gestão de projetos;
- i) implementar programas que permitam o desenvolvimento da economia criativa em associação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU);
- j) estabelecer parcerias com bancos estatais e outros agentes financeiros, como cooperativas, fundos e organizações não governamentais, para o desenvolvimento de linhas de microcrédito e outras formas de financiamento destinadas à promoção de cursos livres, técnicos e superiores de formação, pesquisa e atualização profissional;
- k) atrair investimentos para a economia criativa no Município;
- l) fomentar a inclusão dos atrativos culturais do Município nos roteiros turísticos, favorecendo a sustentabilidade da cultura;
- m) promover o Turismo Cultural visando o reconhecimento, a valorização e profissionalização da atividade turística cultural como forma de gerar sustentabilidade;
- n) estimular a geração de projetos que contemplem a diversidade e a transversalidade, dentro de um contexto descentralizado e sustentável;

XVIII - promover em parceria com a comunidade cultural a instalação de cooperativa de fomento à cultura, nos seguintes termos:

- a) criar meios para o desenvolvimento da cadeia produtiva (da cultura e das artes) e impulsionar a economia da cultura local e regional;
- b) celebrar convênios com instituições de ensino a fim de capacitar artistas, produtores, gestores e fazedores de cultura, na criação e gestão de cooperativas;
- c) estabelecer parcerias a fim de gerar mecanismos de sustentabilidade das cooperativas;
- d) estabelecer diretrizes norteadoras para o desenvolvimento da cadeia produtiva e das artes no Município de Jaguaraiá.

XIX - Implementar meios de participação social no processo de elaboração, acompanhamento e avaliação das Políticas Públicas Culturais no Município, nos seguintes termos:

- a) divulgar em uma plataforma virtual que possibilite à sociedade civil acompanhar a implementação, no Município, das políticas culturais aprovadas nas Conferências;
- b) incentivar a criação de fóruns permanentes com a participação da sociedade civil, como conselhos e fóruns setoriais, possibilitando a consulta, a reflexão, a qualificação, a avaliação e a proposição de conceitos e estratégias;
- c) estimular a criação de canais de interlocução da sociedade civil com instituições culturais;
- d) promover a articulação entre os conselhos culturais Federal, Estadual e Municipal;

XX - Reconhecer e reestruturar espaços públicos com histórico de vínculo à cultura tropeira, promovendo sua requalificação como locais de memória, convivência e difusão cultural, nos seguintes termos:

- a) mapear, com participação da comunidade local, espaços simbólicos associados à cultura tropeira e elaborar propostas de uso cultural que respeitem sua identidade histórica;
- b) apoiar a implantação ou revitalização de centros de referência, memoriais e exposições que valorizem o acervo material e imaterial do tropeirismo;
- c) promover a integração desses espaços às políticas culturais, ambientais, educacionais e turísticas, assegurando seu uso compartilhado e sua função sociocultural.

XXI - Implementar mecanismos permanentes de articulação e cooperação entre a Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEMEC e a Secretaria Municipal de Turismo - SETUR, visando o planejamento e desenvolvimento integrado de ações.

XXII - Garantir que os investimentos oriundos dos editais públicos contemplem a diversidade de expressões culturais, promovendo a descentralização e o equilíbrio entre as diferentes áreas artísticas e culturais.

CAPÍTULO IV DO FINANCIAMENTO

Art. 8º. Os planos plurianuais e as Leis de diretrizes orçamentárias do Município de Jaguaraiá disporão sobre os recursos a serem destinados à execução das ações constantes desta Lei.

Art. 9º. O órgão gestor Municipal de cultura, na condição de coordenador executivo do Plano Municipal de Cultura – PMC deverá estimular a diversificação dos mecanismos de financiamento para a cultura de forma a atender os objetivos do Plano Municipal de Cultura – PMC e elevar o total de recursos destinados ao setor para garantir o seu cumprimento.

CAPÍTULO V DO SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 10. Compete ao Órgão Gestor Municipal de Cultura monitorar e avaliar periodicamente o alcance das diretrizes e a eficácia das metas do Plano Municipal de Cultura – PMC com base em indicadores locais e regionais que quantifiquem a oferta e a demanda por bens, serviços e conteúdos, os níveis de trabalho, renda e acesso à cultura, de institucionalização e gestão cultural, de desenvolvimento econômico cultural e de implantação sustentável de equipamentos culturais.

Parágrafo Único. O processo de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Cultura – PMC contará com a participação do Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC, tendo o apoio de Especialistas, Técnicos e Agentes Culturais, de institutos de pesquisa, de universidades, de instituições culturais, de organizações e redes socioculturais, além do apoio de outros órgãos colegiados de caráter consultivo, na forma do regulamento.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. O Plano Municipal de Cultura – PMC poderá ser revisto quando necessário, mediante aprovação do Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC.

publicação.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua

publicação.

Artigo 13º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 21 de agosto de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

HERCÍLIA TEIXEIRA DE MELLO
Secretária Municipal de Educação e Cultura

ERIC DUDIK ROGÉRIO
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

DECRETO nº. 1034/2025

O Prefeito de Jaguaraiá, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 37, inciso II da Constituição Federal, artigo 67, inciso X, XI e XXVI da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Artigo 1º. EXONERA, do cargo em provimento comissionado de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA FEIRA VERDE E PROTEÇÃO AMBIENTAL**, nomeado que fora através do Decreto nº. 098/2025 o senhor **REGINALDO FARIA BUENO**, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. XXXXX.413-6 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. XXX.XXX.159-10.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Artigo 3º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 22 de agosto de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

DIVAEI DA SILVA MELO
Secretário Municipal de Meio Ambiente

DECRETO nº. 1035/2025

Súmula: Dispõe sobre a Autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.805.000,00 (Um milhão, oitocentos e cinco mil reais), no Orçamento Geral do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

O Prefeito Municipal de Jaguaraiá, Estado de Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002, Lei Federal nº. 4.320/64 e artigo 4º e 7º da Lei Municipal nº. 3.018/2024, e ainda com base no Protocolo Geral sob nº. 11653/2025,

DECRETA

Artigo 1º. Fica aberto no Orçamento Geral do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no Corrente Exercício Financeiro, um Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 1.805.000,00 (Um milhão, oitocentos e cinco mil reais), conforme demonstrativo abaixo:

30.000	SAMAE	IDUSO/ GRUPO/ FONTE	VALOR (R\$)
30.001	Divisão de Administração Geral		
17.122.0024.2.095	Manutenção dos Serviços Administrativos do SAMAE		
7 - 3.1.90.13.00.00	Contribuições Patronais	01076	17.000,00
8 - 3.1.90.16.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	01076	12.000,00
11 - 3.3.72.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	01076	31.000,00
16 - 3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	01076	870.000,00
Total da Suplementação			930.000,00
30.000	SAMAE	IDUSO/ GRUPO/ FONTE	VALOR (R\$)
30.002	Divisão do Sistema de Água		
17.122.0024.2.096	Operação e Manutenção do Sistema de Água Urbano		
27 - 3.1.91.13.00.00	Contribuições Patronais	01076	95.000,00
29 - 3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	02076	300.000,00
32 - 3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	02076	480.000,00
Total da Suplementação			875.000,00
Suplementação Geral			1.805.000,00

Artigo. 2º. Constitui recursos para cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, de acordo com o disposto no art. 43., §1º, da Lei Federal nº. 4.320/1964, os seguintes recursos:

I. Oriundos do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2024:

Fonte	Descrição	Valor
01076	Recursos Ordinários Livres	1.025.000,00

II. Oriundos do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2024:

Fonte	Descrição	Valor
02076	Recursos Ordinários Livres	780.000,00

Artigo 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal nº. 2.866, de 02 de agosto de 2021 (Plano Plurianual - PPA 2022 - 2025).

Artigo 4º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal nº. 3.012, de 25 de setembro de 2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2025).

Artigo 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6°. Publique-se, registre-se e anote-se.

Gabinete do Prefeito, 22 de agosto de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

ADILSON RODRIGO MILEK
Presidente do SAMAE

DECRETO nº. 1036/2025

Súmula: Dispõe sobre a Prorrogação de Processo Administrativo Disciplinar em face de **EMERSON POMIM PONCIANO**, nos termos do Protocolo Geral sob nº. 15891/2024 e das outras providências.

O Prefeito do Município de Jaguariáiva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 67, incisos X e XXV da Lei Orgânica, c/c art. 148 e 154 da Lei nº. 2155/2010 e de acordo com o Decreto nº. 017/2025, que constituiu a C.A.D.P. - Comissão Administrativa Disciplinar Permanente,

DECRETA

Art. 1º. Fica Prorrogado o Processo Administrativo Disciplinar para apuração dos fatos e responsabilidades praticados por **EMERSON POMIM PONCIANO**, servidor público municipal, que era ocupante do cargo em provimento comissionado de Diretor do Departamento Gráfico, sob matrícula nº. 6.575, tendo em vista o contido no Protocolo Geral sob nº. 15891/2024.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 22 de agosto de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

ERIC DUDIK ROGERIO
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

DECRETO nº. 1037/2025

Súmula: Dispõe sobre a Prorrogação de Processo Administrativo Disciplinar em face de **VALDELICE PAES DE OLIVEIRA**, nos termos do Protocolo Geral sob nº. 07902/2025.

O Prefeito do Município de Jaguariáiva, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 67, incisos X e XXV da Lei Orgânica, c/c art. 148 e 154 da Lei nº. 2155/2010 e de acordo com o Decreto nº. 017/2025, que constituiu a C.A.D.P. - Comissão Administrativa Disciplinar Permanente,

DECRETA

Art. 1º. Fica Prorrogado o Processo Administrativo Disciplinar para apuração dos fatos e responsabilidades praticados por **VALDELICE PAES DE OLIVEIRA**, servidora pública municipal, ocupante do cargo em provimento efetivo de Monitor, sob matrícula nº. 5.607, tendo em vista o contido no Protocolo Geral sob nº. 07902/2025.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 22 de agosto de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

ERIC DUDIK ROGÉRIO
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos



SENJUR

EXTRATO. PROTOCOLO GERAL Nº 10780/2025. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 1018/2025. CONTRATADA: MARCOS VINICIUS RIBEIRO DE MELLO. CPF Nº XXX.XXX.149-02. Lei Municipal 2633/2017. Bolsa Estágio. Vigência 13 de AGOSTO de 2025 até 12 de AGOSTO de 2026.

EXTRATO. PROTOCOLO GERAL Nº 11649/2025. EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº001/2024. INSTRUTOR EDUCACIONAL(SEMEC). CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 1099/2025. CONTRATADA: DIEYNE FABIANY ALVES DOS SANTOS DE OLIVEIRA. CPF Nº XXX.XXX.839-05. Remuneração: R\$2.123,00. Vigência 18 de AGOSTO de 2025 até 17 de AGOSTO de 2026.

EXTRATO. PROTOCOLO GERAL Nº 11639/2025. EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº001/2024. INSTRUTOR EDUCACIONAL(SEDESMF). CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 1100/2025. CONTRATADA: MARIA CLARA WEIGERT. CPF Nº XXX.XXX.839-23. Remuneração: R\$2.123,00. Vigência 18 de AGOSTO de 2025 até 17 de AGOSTO de 2026.

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno com sede à Praça Isabel Branco, 142 – Cidade Alta, inscrita no C.N.P.J./I.N.F. nº 78.7910.900/0001-38, neste ato representado pelo Sr. **JOSÉ SLOBODA**, brasileiro, casado, empresário, portador da CI/RG nº [...], e inscrito no CPF-[...], residente e domiciliado à Rodovia PR151, Km 217 – Chácara do Outro Lado da Cidade, nesta cidade de Jaguariáiva/Pr, Prefeito do Município de Jaguariáiva em pleno exercício de seu mandato e funções, rescinde o Contrato Administrativo, com admissão 01/04/2025 até 07/08/2025 em nome da contratada **CRISLAINE DE FATIMA FRANCA**, CPF nºXXX.XXX.499-86,

MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA

JOSÉ SLOBODA - PREFEITO

JULGAMENTO

**PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
PROCESSO Nº. 6708/2025
INVESTIGADO: DIEGO MACEDO TAQUES**

1. RELATÓRIO

Vistos, relatados e tomadas às demais providências necessárias nos presentes autos, verifiquei que:

Trata-se de processo administrativo disciplinar instaurado pelo Decreto 786/2025, em desfavor de **DIEGO MACEDO TAQUES**, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de oficial de manutenção, sob matrícula 6526, para apuração dos fatos informados no protocolo nº 6708/2025, tendo em vista o conhecimento da presente denúncia dos fatos registrados do ofício nº 368/2025/SEAR.

Em resumo consta no documento que o servidor possui inúmeras faltas ao trabalho, chegando a 60 (sessenta) faltas no período de 12 (doze) meses.

O servidor foi citado para a instrução processual com a oitiva do chefe imediato Nestor dos Santos Brisola, que assim prestou depoimento: menciona que o investigado realmente tem inúmeras faltas, às vezes "meio período às vezes o dia todo", que o controle é por folha ponto, que não conversou com o investigado sobre o motivo das faltas, que apenas "orta o dia ou o meio dia". afirmou que só exerce o cargo de oficial de manutenção, e não de cozeiro. Que quando o investigado não vai tem outros que fazem plantão e o cemitério não fica sem "gente para trabalhar", pois os maiores problemas ocorrem nos finais de semana e o investigado não trabalha em finais de semana. Que o cemitério tinha um oficial de manutenção antes do investigado, mas que pediu para sair, e veio então Diego para seu lugar. Que controla o ponto quando vai no cemitério e sabe quem está no serviço ou faltou e então marca a falta.

Em interrogatório o servidor apresentou suas justificativas alegando que: que justifica as faltas que o trabalho "muitas vezes é longe" "que tem vezes que assa a perna", que não registra o ponto "muitas vezes que não tem a chave nem do escritório", que faltou em setembro por causa do cheiro das exumações. Reitera que não tem a chave do local para registrar o ponto. Que tem hora que é complicado, "que moro aqui embaixo" no Jardim São Roque, "que consegue trabalhar dois dias no máximo", "que da casa ao trabalho dá 1,5 quilômetros", que foi no hospital e deram pomada, mas não adiantou. Que no cemitério "faz coisas de cozeiro", que na maioria das vezes varre o cemitério", "que faz massa, carrega tijolos". Que faltou às vezes por causa de depressão nas exumações de tirar umas crianças". Que o "piazião novo empresta a chave", que é a única pessoa que não tem a chave, que não sabe como que faz pra pedir a chave, que pediu uma vez por Nestor a chave. Que apresentou atestado médico apenas uma vez, que não apresentou outras vezes, pois não sabia que tinha que entregar no dia seguinte e quando foi entregar não dava mais tempo. Que recebia um dia de atestado e isso não resolvia seu problema.

A Procuradoria Jurídica Municipal bem analisou a questão, razões que adoto como fundamentos. Além disso, se pronunciou por concluir a análise pela conjuntura da sua instrução probatória e documentos juntados nos autos, concordando com o relatório apresentado pela Comissão Processante, que finalizou os trabalhos conclusivos mediante a indicação do servidor, em razão da consumação dos fatos registrados onde houve infração disciplinar do servidor.

Das averiguações ficou constatado que o servidor teve 51 (cinquenta e uma) faltas pelo dia todo e 12 (doze) faltas parciais no serviço (um turno), no período de 12 (doze) meses.

O Relatório Final ante a denúncia apresentada, buscou por diligências com levantamento dos registros da funcionalidade do servidor no seu dia a dia sendo verificado e comprovado no registro de ponto inúmeras faltas ao serviço; Assim, mesmo não caracterizado a inassiduidade habitual por não consumir por 60 faltas no período de 12 (doze) meses, ainda, percebe-se desidiosa do servidor em seu labor; porém nos documentos dos registros de pontos anteriores a 12 meses, constata-se das antecedentes inúmeras faltas alternadas.

As investigações apontam pelo conjunto probatório decorridas devido a inúmeros registros da desidiosa do servidor ao seu labor por constantes ausências ao serviço, visto a existência de dias registrados e de dias não registrados que consomem como faltas ao serviço. Apresenta-se às fls. 31 a Certidão Juntada aos autos que colocam em destaque como agravantes todos os registros funcionais do servidor; dito ainda que as avaliações probatórias juntadas, exhibe as expectativas da sua avaliação funcional, aconteceu a primeira em 01/08/2023 com a média de 6,96; a 3ª em 15/10/2024 com a média 5,99; e a 4ª em 15/10/2024 com média de 5,99.

Instrui também, o Processo Administrativo Disciplinar nº6446/2023, que traz à baila a sentença tratada da suspensão do servidor por dois dias por semelhanças equivalentes em razão de descumprimento do dever funcional sendo enquadrado no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jaguariáiva, condicionado ao artigo 121, inciso I – exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo.

E ainda, uma nova sentença em 09/06/2025 que aplicou suspensão de cinco dias através do processo administrativo disciplinar nº 13194/202, no qual incorreu na mesma infração.

Por questões, o desalinho da função das quais tem incessantemente comprovado o comportamento do investigado com desleixo ao serviço, vem trazendo o declínio do desempenho ao labor no dia a dia, apresentando consequências atribuídas às inúmeras ausências.

Portanto, mediante os documentos são suficientes a confirmarem a construção da indisciplina do servidor, que do conjunto probatório, ficaram confirmados a suas ausências ao serviço.

Do conjunto probatório ficou comprovado a construção da indisciplina do servidor, houve, portanto, descumprimento do dever funcional do servidor como aspecto de infração disciplinar a enquadrar no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jaguariáiva, no artigo 121, inciso I – exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo c/c art. 121, inciso XV – proceder de forma desidiosa.

3. JULGAMENTO

1. ACATO o relatório da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, conforme o art. 170 da Lei nº 2155/2010 na sua íntegra, como fundamento das provas existentes na conduta do servidor investigado;

2. APROVO o Parecer (jurídico), parte integrante desta decisão, que opina pela condenação do investigado, em seus aspectos formal e material;

3. APRECIO procedente o processo administrativo disciplinar, considerando o relatório final da Comissão Administrativa Disciplinar acatando as circunstâncias apontadas pelo conjunto probatório, em detrimento da Lei Municipal 2155/2010, pela existência de conduta desidiosa do servidor.

4. JULGO, tendo em vista as provas colhidas no presente processo administrativo disciplinar em desfavor do servidor **DIEGO MACEDO TAQUES**, matrícula 6.526, para todos os efeitos:

I. a pena de demissão, por infração do art. 121, I e art. 122, V da Lei municipal nº 2155/10, nos termos do art. 137, XIII do mesmo diploma legal;

5. DETERMINO, a vista do presente julgamento, seja dada a publicidade necessária ao ato, através de publicação na Imprensa Oficial do Município.

Cumpra-se.

Jaguariáiva/PR, 21 de agosto de 2025.

JOSÉ SLOBODA
PREFEITO MUNICIPAL

JULGAMENTO

Processo Administrativo Disciplinar

Autos nº 5.321/2025

Investigada: Andréia Aparecida Valentim

1. RELATÓRIO

Vistos, relatados e tomadas às demais providências necessárias nos presentes autos, verifiquei que:

O processo administrativo disciplinar foi instaurado aos dezenove dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, designada pelo Decreto 785/2025, para apurar os fatos e responsabilidades descritos no Protocolo Geral sob nº 5.321-2025 que informa que a investigada se ausentou do seu local de trabalho sem comunicar seu chefe imediato, conforme OFÍCIO Nº 487/2025-SEMEC, com descrição a seguir, página 10 dos autos:

Designou-se a Comissão Administrativa Disciplinar Permanente por meio do Decreto 785/2025 para apurar os fatos.

Instaurado o processo, foram autuados os documentos; após realizou-se a instrução do mesmo, com a oitiva de sete testemunhas e o interrogatório da investigada; encerrada a fase instrutória, a Comissão Disciplinar, concluiu pela responsabilização da investigada pela infração do art. 122¹, inciso I, da lei municipal 2155/10; por fim, a Procuradoria Jurídica do Município apresentou parecer favorável a Comissão Disciplinar, opinando, assim, pela procedência do processo e pela aplicação de advertência, conforme previsão do art. 134² da lei municipal 2155/10.

É o relatório do necessário.

2. FUNDAMENTAÇÃO

¹ Art. 122, inciso I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do Chefe imediato.
² Art. 134. A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do art. 122, incisos I a VIII e XIX, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

A Procuradoria Jurídica Municipal bem analisou a questão, razões que adoto como fundamentos.

Abstrai-se dos autos, em síntese, que a investigada se ausentou do seu local de trabalho sem autorização da chefia imediata.

O processo mereceu cuidadosa análise, pois é dever do servidor exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo.

Na instrução probatória foi realizada a oitiva do investigado e de sete testemunhas, segue abaixo uma síntese dos depoimentos.

Dos depoimentos, realizam-se uma síntese dos fatos:

Depoimento de Raquel Baptista de Araújo de Melo

(...) Que é professora da rede pública municipal, e é Diretora da Escola Maria Rosa Colette da Rocha Lima, afirma que a assessora da secretaria havia informado via WhatsApp que a investigada havia se ausentado do local sem autorização. O evento Feira do Livro foi realizado no período da manhã. Que a professora Andréia cuida de aproximadamente de 22 alunos. afirmou que a professora Andreia retornou com os alunos. Que possui auxiliares se tiver alunos laudados na sala e que aplicou a advertência à investigada.
(...)

Depoimento de Marli Guimaraes Gonçalves de Melo

(...) Que é professora da rede pública municipal, que estava no evento da Feira do Livro e que a investigada chegou com as crianças para que a mesma fosse à farmácia e após ir à Prefeitura Afirma que a investigada se ausentou por volta de 10 a 20 minutos do local. Não chegou a relatar para a Coordenadora de Ensino, que é também professora, se predissem sair e deixar as crianças com outro professor. Que estavam todos os alunos no local do evento. Que a investigada retornou as crianças estavam sentadas ainda.
(...)

Depoimento de Arianne Aparecida Pires de Souza

(...) Que é professora da rede pública municipal, e atualmente é coordenadora da escola Rosa Colette, que a investigada encaminhou mensagem para saber onde estava a professora Andréia, e recebeu como resposta que estaria ausente e que tinha deixado as crianças com a professora Marli. Que o procedimento para ausência de algum profissional a investigada deveria ter avisado à coordenadora e que no caso não fora feito.
(...)

Depoimento de Silvana Rodrigues Biscaia de Oliveira da Silva

(...) Que é professora da rede pública municipal, e que é assessora pedagógica na SEMEC da escola Rosa Colette, afirma que aguardou o ônibus chegar e que a investigada estava presente. Após, um aluno questionou a ausência da professora Andréia. Em seguida a depoente encaminhou mensagem para a investigada para saber de sua ausência. A depoente informou sua superiora da ausência da investigada. A investigada informou que se ausentou para ir à farmácia. Afirma que ausência da professora Andréia se deu por volta de 20 a 25 minutos. Um evento fora da escola necessita de maiores cuidados e que na ausência de algum professor o procedimento correto é avisar sempre a Diretor, ainda mais por se tratar de um evento fora dos muros da escola. E que o correto não era o momento para ausência considerando que evento fora dos muros da escola geralmente não é permitida qualquer ausência.
(...)

Depoimento de Maira de Melo

(...) Que é professora da rede pública municipal, estava na Feira do Livro via à investigada cuidando da turma dela, que estava tendo apresentação de palhaço para as crianças depois as crianças compravam o livro e ia embora. Que a investigada afirmou que foi comprar um remédio na farmácia e voltou. Que a investigada estava no ônibus na ida e na volta. E comum professor se ausentar e deixar a turma com outra professora. Que nunca presenciou qualquer punição disciplinar por conta disso. Que em relação à ausência do local, deverá avisar o seu superior, afirmou que normalmente tem que avisar o seu superior.
(...)

Interrogatório de Andréia Aparecida Valentim:

(...) afirma que não agiu de má-fé no dia do evento da Feira do Livro, que no dia não estava bem, tem crise alérgica e que nesse dia estava sem o seu remédio, que deixou as crianças com a professora Marli. Que chegou no evento às 9:00 horas da manhã. afirmou que a Silvana encaminhou um áudio para saber de sua ausência, e que respondeu que estava na farmácia que logo retornaria. Que fora chamada para uma

reunião, e que a mesma estava pronta já imputando o artigo da Lei Municipal. Que recebeu à notícia de que receberia advertência, afirmou que sua chefia imediata não estava no evento. Que havia 10 professoras e 7 assessoras da SEMEC no evento da Feira do Livro. Pedido para acrescentar no final da Ata que ela deixou as crianças com a professora Marliu. Que houve advertência sem os alunos ter conversado anteriormente. Afirma que em hipótese alguma queira ser à instituição. Que estava com 22 alunos naquela manhã. Que levou os alunos de ônibus e retornou. Que se ausentou pelo período de 15 a 20 minutos. Que a professora da rede por 27 anos e que nunca havia recebido nenhuma advertência ou processo disciplinar. E passou na prefeitura para buscar um protocolo.

(...)

A defesa da investigada alegou inicialmente que a mesma não pode ser punida haja vista que já recebeu advertência, e que, portanto, seria Bis In Idem.

Entretanto, a advertência aplicada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura não tem validade, haja vista que segundo a CF/88 o entendimento com o STF e da jurisprudência dos tribunais pátrios, qualquer punição aplicada ao servidor pública deverá ser precedida de sindicância ou processo administrativo disciplinar assegurado o contraditório e ampla defesa.

Nesse passo, qualquer imposição de sanção, seja ela qual for, inclusive a advertência, deve ocorrer após a conclusão processo administrativo disciplinar prévio, onde se assegure a ampla defesa e o contraditório, conforme determina o art. 5º, inc. LV, da CF/88.

Nesse sentido, o STF já decidiu no sentido de que a aplicação de advertência sem ampla defesa é nula de pleno direito (STF, Ministro-Relator Moreira Alves, RMS nº 22.789/91, 1º T., DJ de 25/01/1999, p. 45); sem ampla defesa, a sindicância punitiva é nula (STJ, Ministro-Relator Gilson Dipp, RCMs nº 4.506/PE, 9º T., DJ de 22/04/03).

A jurisprudência assim manifesta sobre a questão:

DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. APELAÇÃO CÍVEL. CONSELHEIROS TUTELARES. **APLICAÇÃO DE PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA. AUSÊNCIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO, AMPLA DEFESA E DEVIDO PROCESSO LEGAL. INEXISTÊNCIA DE DANO MORAL INDENIZÁVEL. RECURSO DESPROVIDO.** I. CASO EM EXAME: Apeiação cível interposta por Conselheiros Tutelares do Município de Serra contra sentença que julgou improcedente pedido de indenização por danos morais, decorrente da aplicação de penalidade da advertência por suposta paralisação de serviços, sem a instauração de processo administrativo disciplinar. Alegam ausência de contraditório e ampla defesa e devido processo legal. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO Há duas questões em discussão: i) verificar a legalidade da penalidade de advertência aplicada sem a observância dos princípios constitucionais do contraditório, ampla defesa e devido processo legal; ii) examinar se a publicação da penalidade em Diário Oficial, considerada a nulidade do procedimento administrativo, enseja dano moral indenizável. III. RAZÕES DE DECIDIR. **Aplicação de penalidade administrativa sem a prévia instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar viola os princípios constitucionais do contraditório, ampla defesa e devido processo legal, conforme previsto no art. 5º, LV, da CF/1988, sendo nulo o ato administrativo.** Apesar da nulidade da penalidade aplicada, a configuração de dano moral indenizável exige a comprovação de efetivo abalo à honra ou à dignidade, não bastando a simples violação ao devido processo legal. No caso, os documentos e testemunhas demonstram que a paralisação dos serviços ocorreu de fato, tratando-se de evento público e devidamente documentado. Assim, não há que se falar em abalo moral decorrente da (re) publicação do fato via Diário Oficial, ainda que o procedimento relativo à aplicação da respectiva sanção esteja afetado de nulidade. IV. DISPOSITIVO E TESE: Recurso desprovido. Tese de julgamento: a aplicação de penalidade administrativa sem a observância do contraditório, ampla defesa e devido processo legal é nula, nos termos do art. 5º, LV, da CF/1988. A nulidade do ato administrativo, por si só, não gera dano moral indenizável, salvo se demonstrado abalo extrapatrimonial decorrente de imputação falsa ou vexatória. Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 5º, LV. Jurisprudência relevante citada: T.JES, Apeiação Cível nº 0001200-54.2013.8.08.0045, Rel. Des. João Cesar Costa de Oliveira, j. 29.06.2022. T-JMS, AC nº 1081110001908001, Rel. Rinaldo Kennedy Silva, j. 03.03.2020. STF, RMS nº 22789, Rel. Min. Moreira Alves, j. 04.05.1999.

(T-JES - APELAÇÃO CÍVEL: 0001200-54.2013.8.08.0045, Relator: ROBSON LUIZ ALBANEZ, 4ª Câmara cível)

REMESSA NECESSÁRIA – APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO ORDINÁRIA – NULIDADE DE SINDCANCIA – APLICAÇÃO DE PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA – VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO, SENTENÇA MANTIDA. 1. A sindicância instaurada no âmbito administrativo, enquanto procedimento sumário, tem por objetivo tão somente apurar fatos necessários à instrução de possível processo administrativo disciplinar. 2. **Ocorre, na parte do momento em que deixa de servir como base para a instauração de processo administrativo disciplinar, e dela decorre a aplicação direta da nulidade de advertência em detrimento da servidora pública, devem ser respeitadas as garantias constitucionais inerentes à todo e qualquer processo administrativo, fazendo-se indispensável a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.** 3. Portanto, correto o reconhecimento da nulidade de sindicância que impôs sanção sem a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, os quais devem ser observados em processos judiciais e administrativos, conforme disposto no art. 5º, inc. LV, da Constituição Federal. 4. Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida.

(T-JES, Apeiação Cível nº 0001200-54.2013.8.08.0045, Órgão julgador: 1ª Câmara Cível, Magistrado: JULIO CESAR COSTA DE OLIVEIRA, Data: 29/06/2022)

APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA - SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO - APLICAÇÃO DE PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA/REPRENSÃO - REGISTRO EM BOLETIM DE OCORRÊNCIA FUNCIONAL - AUSÊNCIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PRÉVIO - AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO - DIREITO LÍQUIDO E CERTO - CONCESSÃO DA SEGURANÇA - SENTENÇA REFORMADA - RECURSO PROVIDO. 1. O art. 8º da Constituição Federal, em seu inciso LV, assegura a todos o direito a ampla defesa e ao contraditório. 2. A imposição de penalidade administrativa a servidor público, sem a prévia instauração de processo administrativo disciplinar, com contraditório e ampla defesa, afronta tanto a garantia constitucional do devido processo legal, de modo a ensejar a nulidade do ato administrativo que aplicou a repreensão funcional. 3. Recurso provido.

(T-JMS - AC: 1061110001908001 MG, Relator: Rinaldo Kennedy Silva (JD Convocado), Data de Julgamento: 03/03/2020, Data de Publicação: 11/03/2020)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REMESSA OFICIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. APLICAÇÃO DE PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA. AUSÊNCIA DE PRÉVIO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. ARTIGO 5º, LV, DA CF/88. REEXAME NECESSÁRIO DESPROVIDO. 1. Condição de contraditório em atualizar se litou com o acerto a juízo plenei, ao anular o ato administrativo que aplicou pena de advertência escrita ao impetrante, sem observância do prévio procedimento administrativo em que lhe fossem garantidos o contraditório e a ampla defesa. 2. A aplicação "informal" da pena de advertência ao servidor, fer o devido processo legal, o qual encontra previsto não só na lei municipal, mas, principalmente, na Carta da República. Com efeito, para aplicação da punição ao servidor público seria necessária a instauração de procedimento administrativo disciplinar ou mesmo sindicância, assegurando-lhe as garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório, tudo em consonância com o artigo 5º, LV, da CF/88, bem como com os artigos 143 e 145 da Lei Municipal de nº 389/1991, com a redação dada pela Lei de nº 1.075/2011. 3. Dessa forma, nenhuma mácula se observa no decurso de primeiro grau, devendo ser mantida na íntegra. 4. Reexame Necessário conhecido e desprovido. Sentença mantida.

(T-JCE - Remessa Necessária: 000276320138060168 CE 0002726-32.2013.8.06.0168, Relator: LUIZ EVALDO GONÇALVES LEITE, 2ª Câmara Direto Público, Data de Publicação: 11/10/2017)

Apeiação. Servidor Público Municipal. Município de Conchal. Pretensão voltada à anulação de penalidades administrativas. Ausência de ofensa ao princípio da dialeticidade. Recurso que aponta adequada correlação com os fundamentos adotados na sentença querrelada. Aplicação de pena de advertência sem instauração de procedimento administrativo. Ofensa aos princípios do devido processo legal, contraditório e ampla defesa. Sentença mantida. Recurso improvido.

(T-JSP - AC: 100012424202020144 SP 1000124-24.2020.8.26.0144, Relator: Paola Lorena, Data de Julgamento: 22/11/2022, 3ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 22/11/2022)

O Supremo Tribunal Federal, ao apreciar caso análogo, decidiu da mesma forma:

Servidor público. Aplicação da pena de advertência sem a instauração de sindicância na qual se dá o exercício da ampla defesa dos que vierem a ser punidos. Nulidade. Do sistema de controle interno, a aplicação de sanção de irregularidade no serviço público feita mediante sindicância ou processo administrativo, assegurada ao acusado ampla defesa (art. 143), um desses dois procedimentos terá de ser adotado para essa aplicação, o que implica dizer que o processo administrativo não pressupõe necessariamente a existência de uma sindicância, mas, se o instaurado for a sindicância, é preciso distinguir se dela resultar a instauração do processo disciplinar ou se ela mere procedimento preparatório deste, e neste é que se faz imprescindível se dê a ampla defesa do servidor, se, porém, da sindicância decorrer a possibilidade de aplicação de penalidade de advertência ou de suspensão de até 30 dias, essa aplicação só poderá ser feita se for assegurado ao servidor, nesse procedimento, sua ampla defesa. - No caso, não se instaurou nem sindicância, nem processo administrativo, e sem se dar, por isso mesmo, qualquer oportunidade de defesa aos impetrantes, foi-lhes aplicada a pena de advertência,

por decisão que foi tomada, como se vê da cópia a fls. 10, em processo administrativo contra litigante e no qual os impetrantes constituíram a comissão de inquérito. Recurso ordinário a que se dá provimento. (STF - RMS: 22789 RJ, Relator: MOREIRA ALVES, Data de Julgamento: 04/05/1999, Primeira Turma, Data de Publicação: DJ 25-06-1999 PP-0045 EMENT VOL-01956-02 PP-00245)

Após as oitivas, a Comissão Processante entendeu pela necessidade de iniciar a investigada, nos termos do art. 122, I da lei municipal 2155/10, fls. 50/54. A investigada apresentou defesa no prazo concedido.

Diante do exposto acima, é necessário tecermos considerações com escopo no deslinde da causa.

Na defesa a investigada afirmou que assinou a advertência, e que, portanto, eventual condenação implicaria em Bis In Idem, o que não ocorreu conforme já explicado.

Em que pese o alegado pela defesa, podemos afirmar categoricamente que houve o cometimento do ato falto, já que as provas carreadas nos autos não deixam dúvidas.

Conforme se pode perceber pelos relatos acima, além dos depoimentos serem unísonos quanto à responsabilidade da investigada, cada depoimento foi um complemento do outro, como dito alhures, pois cada servidor acompanhou a investigada por um determinado período. Nesta senda, cada depoimento colhido preencheu todas as lacunas, contrariando a defesa da investigada.

Desta feita, não se pode permitir que atos como o ocorrido, passem despercebidos ou ignorados pela Administração Pública, pois poderia dar margem para que outros servidores da Administração cometam a mesma infração, ou seja, ausentar-se do local de trabalho sem comunicação ao chefe imediato, podendo, ocasionar prejuízo ao regular andamento dos trabalhos nos órgãos públicos. Haja vista que ausências de servidores públicos dos postos de trabalho sem comunicação ao chefe imediato pode gerar falha no atendimento à população jaguariavense, pois o chefe imediato sem saber da ausência do servidor não terá como repor a ausência em tempo hábil para não gerar prejuízo no regular andamento dos trabalhos nos órgãos públicos.

Deste modo, colocando-se numa linha do tempo, cada depoimento preencheu o espaço temporal dos fatos ocorridos na data de 12 de março de 2025, sendo que todos relacionam com minucias sobre a responsabilidade da professora ter se ausentado sem a comunicação da chefia imediata, não havendo qualquer brecha para outra interpretação.

A defesa da investigada não trouxe qualquer prova contrária a afirmação das testemunhas sobre a responsabilidade da professora.

Diante do que foi exposto, conclui pela responsabilização da investigada, o qual infringe o disposto no Art. 122, inciso I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do Chefe imediato da Lei Municipal nº 2.155/10.

Gize-se, que a investigada não possui infração disciplinar.

3. DISPOSITIVO

Ante o exposto, tendo em vista as provas colhidas no caderno processual **julgo procedente o presente processo administrativo disciplinar, e condeno a servidora ANDRÉIA APARECIDA VALENTIM, a pena de advertência**, para qualquer efeito.

Por derradeiro, requer-se sejam excluídas da ficha funcional da investigada; advertências que não foram precedidas de sindicância ou processo administrativo disciplinar.

A vista do presente julgamento, determino seja dada a publicidade necessária ao ato, através de publicação na Imprensa Oficial do Município.

Cumpra-se.

Jaguaraiava-Pr, 18 de agosto de 2025,

JOSE SLOBODA
PREFEITO



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARAIÁVA - PR DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2025

OBJETO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO QUE SERÃO DESTINADOS AS UNIDADES DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min do dia 25 de agosto de 2025, às 08h50min do dia 04 de setembro de 2025.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h51min às 08h59 do dia 04 de setembro de 2025.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 04 de setembro de 2025.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O edital completo poderá ser examinado através da Plataforma onde será processado Bolsa de Licitações e Leilões – BLL: <http://blcompras.com/> ou através do link <http://portal.jaguaraiava.pr.gov.br/transparencia/licitacoes/>.
Maiores Informações: e-mail comprasjag@gmail.com.
Jaguaraiava, 21 de agosto de 2025.

JOSE SLOBODA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARAIÁVA - PR DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2025

OBJETO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA COM LAUDO PARA SEREM UTILIZADOS PELOS PACIENTES INTERNADOS NO HOSPITAL MUNICIPAL CAROLINA LUPION.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min do dia 25 de agosto de 2025, às 08h50min do dia 09 de setembro de 2025.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h51min às 08h59 do dia 09 de setembro de 2025.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 09 de setembro de 2025.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O edital completo poderá ser examinado através da Plataforma onde será processado Bolsa de Licitações e Leilões – BLL: <http://blcompras.com/> ou através do link <http://portal.jaguaraiava.pr.gov.br/transparencia/licitacoes/>.
Maiores Informações: e-mail comprasjag@gmail.com.
Jaguaraiava, 21 de agosto de 2025.

JOSE SLOBODA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARAIÁVA - PR DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 52/2025

OBJETO: Contratação de Empresa Fornecedora de Hortifrutigranjeiros em atendimento as demandas Merenda Escolar/ Alimentação Hospitalar/ Programa Feira Verde.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09h00min do dia 25 de agosto de 2025 até às 09h50min do dia 04 de setembro de 2025.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10h00min do dia 04 de setembro de 2025.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O edital completo poderá ser examinado através da Plataforma onde será processado: Bolsa de Licitações e Leilões – BLL: http://blcompras.com
<https://portal.jaguaraiava.pr.gov.br/transparenciav2/licitacoes/>.
Maiores Informações: e-mail comprasjag@gmail.com.

Jaguaraiava, 22 de agosto de 2025.

JOSE SLOBODA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARAIÁVA DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO AVISO DE DIVULGAÇÃO DE RESULTADO INEXIGIBILIDADE Nº 22/2025

A Prefeitura Municipal de Jaguaraiava/PR torna público o resultado do **CREDECIONAMENTO** referente à Inexigibilidade de Licitação nº 22/2025, cujo objeto consiste na prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva da frota municipal, bem como no fornecimento de peças, destinados ao Departamento de Garagem e Logística, vinculado à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística – SEMIL. Foram credenciados, em sessão realizada no dia 12 de agosto de 2025, os seguintes interessados:

NOME	Nº DE INSCRIÇÃO	VEÍCULOS LEVES – Motos
		FORNECIMENTO DE PEÇAS – Veículos Leves (motos)
CÉLIO ANTONIO GANE – ME (ALDO MOTO PEÇAS)	11.562.251/0001-86	<ul style="list-style-type: none">AlinhamentoMecânica em GeralServiços ElétricosFunilaria e PinturaBorrachariaTapeçaria em Geral

As atas das sessões encontram-se disponíveis para consulta no Portal da Transparência do Município, através do link: https://transparencia.betha.cloud/#/450-FvRrUvYwXqGsl63h4Cw=consultar/185669/detabre/701419.2025_65_419. O credenciamento permanece aberto para o ingresso de interessados. Para mais informações, entrar em contato via e-mail: comprasjag@gmail.com ou diretamente junto ao Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaguaraiava – PR.

Jaguaraiava, 22 de agosto de 2025.

JOSE SLOBODA
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO CONTRATO DE FORNECIMENTO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 107/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE MOCHILA E UNIFORMES PARA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DE ENDEMIAS.

DATA DO CONTRATO: 19/08/2025 | **VIAGÊNCIA:** 12 MESES

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 299/2025
CONTRATADA: AFA BANDEIRAS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 50.615.423/0001-94 | **VALOR CONTRATUAL:** R\$ 19.890,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARAIÁVA - PR DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 135/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 33/2025

CONTRATO Nº 272/2025
CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE
CNPJ: 03.273.207/0001-28 | **R\$ 680.000,00**
VIAGÊNCIA: 30/07/2026

ERRATA

ONDE SE LÊ: DATA DO CONTRATO: 12/08/2024

DEVE SE LER: DATA DO CONTRATO: 12/08/2025

JAGUARAIÁVA, 22 DE AGOSTO DE 2025.



SECOM

Resultado do sorteio da Subcomissão Técnica para contratação de Agência de Publicidade

A PREFEITURA DE JAGUARIAÍVA torna público o resultado do sorteio para composição da Subcomissão Técnica, que analisará e julgará as propostas técnicas para a contratação de Agência de Publicidade para atender à demanda da Prefeitura Municipal de Jaguariáiva:

a) Vinculados à Prefeitura Municipal de Jaguariáiva:

1ª Sorteada: Carla Priscila Fadel Schimiguel

2ª Sorteada: Cintia Kappke Medeiros Machado

b) Não vinculado à Prefeitura Municipal de Jaguariáiva:

Sorteado: Alceu Oliveira de Almeida Júnior

Jaguariáiva, 21 de agosto de 2025.

Francisco Leopoldo Guedes
Secretário Municipal de Comunicação



SEMUS

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JAGUARIAÍVA – PR
COMSAÚDE/JAGVA

RESOLUÇÃO Nº 12/2025

APROVAÇÃO DO PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS
REFERENTE À RESOLUÇÃO SESA Nº 117/2025

O Conselho Municipal de Saúde (COMSAÚDE) do Município de Jaguariáiva-PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal 8.142, de 28/12/1990; Lei Federal 8.080, de 19/09/1990; Resolução 453, de 10/05/2012 do Conselho Nacional de Saúde; Lei Municipal 1.747, de 23/11/2007, e

CONSIDERANDO

A apresentação do Plano de Aplicação de recursos realizada na reunião ordinária de 21/08/2025, referente à resolução SESA Nº 117/2025 que habilita os municípios a pleitearem adesão aos programas estratégicos da Secretaria Estadual de Saúde, visando o incentivo financeiro de investimento para o Transporte Sanitário, na modalidade fundo a fundo, para o exercício de 2025.

RESOLVE

Artigo 1º - Aprovar o Termo de Referência para aquisição de um micro-onibus para o transporte sanitário eletivo via TFD a ser adquirido com o recurso referente à resolução SESA 117/2025 no valor de R\$450.000,00.

Artigo 2º - A presente aprovação foi realizada pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde em reunião ordinária conforme Ata nº240 de 21/08/2025.

Artigo 3º - A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaguariáiva, 22 de agosto de 2025.

Documentos assinados digitalmente
CAROLINE DE AZEVEDO FANHA STALHSCHMIDT
Data: 22/08/2025 11:16:59 (GMT-03:00)
Assinatura em: https://portal.digitec.org.br

CAROLINE DE AZEVEDO FANHA STALHSCHMIDT
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Jaguariáiva



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JAGUARIAÍVA – PR
COMSAÚDE/JAGVA

RESOLUÇÃO Nº 13/2025

APROVAÇÃO DO PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS
REFERENTE À RESOLUÇÃO SESA Nº 124/2025

O Conselho Municipal de Saúde (COMSAÚDE) do Município de Jaguariáiva-PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal 8.142, de 28/12/1990; Lei Federal 8.080, de 19/09/1990; Resolução 453, de 10/05/2012 do Conselho Nacional de Saúde; Lei Municipal 1.747, de 23/11/2007, e

CONSIDERANDO

A apresentação do Plano de Aplicação de recursos realizada na reunião ordinária de 21/08/2025, referente à resolução SESA Nº 124/2025 que habilita os municípios a pleitearem adesão aos programas estratégicos da Secretaria Estadual de Saúde, visando o incentivo financeiro de investimento para o Transporte Sanitário, na modalidade fundo a fundo, para o exercício de 2025.

RESOLVE

Artigo 1º - Aprovar o Termo de Referência para aquisição de uma ambulância básica para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde a ser adquirida com o recurso referente à resolução SESA Nº 124/2025 no valor de R\$250.000,00.

Artigo 2º - A presente aprovação foi realizada pelo Plenário do Conselho Municipal de Saúde em reunião ordinária conforme Ata nº240 de 21/08/2025.

Artigo 3º - A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaguariáiva, 22 de agosto de 2025.

Documentos assinados digitalmente
CAROLINE DE AZEVEDO FANHA STALHSCHMIDT
Data: 22/08/2025 11:16:59 (GMT-03:00)
Assinatura em: https://portal.digitec.org.br

CAROLINE DE AZEVEDO FANHA STALHSCHMIDT
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Jaguariáiva



IPASPMJ

EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE MÉDICO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS – IPASPMJ.

EDITAL Nº 01/2025 – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS – IPASPMJ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 72.376.916/0001-51, com sede na Rua José de Alencar, nº 161, Jaguariáiva-PR, neste ato representado por seu presidente executivo **VALDEMIR FERREIRA**, brasileiro, casado, bacharel em direito, portador da Carteira de Identidade RG nº 6.123.379-2 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 808.387.909-69, com endereço profissional na Rua José de Alencar, nº 161, Jaguariáiva-PR, torna público que realizará nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, o credenciamento de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços médicos no âmbito do IPASPMJ, nos termos e condições do presente edital.

1. DO OBJETO:

1.1. Este Edital tem por objeto o credenciamento de profissionais, por meio de pessoa física ou jurídica para a prestação de serviços na área médica, necessários para análise e ratificação de caracterização de doença junto ao sistema COMPREV, dentre outras atividades médicas específicas ou pareceres especializados.

1.2. Serão credenciados profissionais com curso superior em medicina e devidamente registrados perante o Conselho Regional de Medicina do Paraná, para realização dos serviços médicos.

1.3. No caso de credenciamento de pessoa jurídica, a mesma deverá possuir em seu quadro de colaboradores, profissionais com a formação constante no item anterior.

2. DO CREDENCIAMENTO

2.1. São fases do credenciamento:

2.1.1. Divulgação do Edital;

2.1.2. Inscrição dos interessados;

2.1.3. Análise da documentação;

2.1.4. Divulgação da lista dos médicos/clínicas habilitados e credenciados, segundo ordem de precedência;

2.1.5. Análise de eventuais recursos;

2.1.6. Homologação do resultado do credenciamento;

2.1.7. Assinatura do Termo de Compromisso e Responsabilidade;

2.1.8. Publicação da lista geral dos médicos habilitados e credenciados através de

Extrato.

3. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO E HABILITAÇÃO

3.1. Os interessados em se credenciar em frente o IPASPMJ deverão inscrever-se para o presente credenciamento, devendo apresentar o Requerimento para Credenciamento (conforme Anexo I), juntamente com a documentação exigida neste edital, na sede do IPASPMJ, sito à Rua José de Alencar, nº 161, Centro, no Município de Jaguariáiva, Estado Paraná.

3.2. O requerimento e os documentos deverão ser entregues de segunda-feira a sexta-feira, das 09:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas, no período de **25 de agosto de 2025 a 12 de setembro de 2025**.

3.3. O requerimento e os documentos deverão ser entregues em 01 (um) envelope indicando, respectivamente, "CREDENCIAMENTO", contendo na parte externa o nº do Edital de Credenciamento, nome e CPF ou CNPJ do interessado, preferencialmente com os seguintes dizeres:

"CREDENCIAMENTO"

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES DO
MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA – IPASPMJ EDITAL DE
CREDENCIAMENTO Nº. 01/2025

NOME:

CPF/CNPJ:

ENDEREÇO:

FONE:

E-MAIL:

4. DOS DOCUMENTOS PARA O CREDENCIAMENTO:

4.1. Deverão ser apresentados os seguintes documentos:

4.1.1. Declaração de Compromisso de Prestação e de disponibilidade de carga horária, compatível com a conveniência dos usuários do IPASPMJ considerando-se seu horário de funcionamento;

4.1.2. Cópia do Registro nos Conselhos Regional e Federal de Medicina (CRM e CFM);

4.1.3. Cópia da Cédula de Identidade;

4.1.4. Cópia da Inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou jurídica (CNPJ);

4.1.5. Cópia do Diploma de Graduação em Medicina;

4.1.6. Declaração, sob as penas da lei, de que não é cônjuge ou companheiro(a), não tem vínculo de parentesco colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com algum integrante ativo ou inativo do IPASPMJ.

4.2. Os documentos deverão ser apresentados mediante cópia autenticada por cartório competente.

4.3. Os documentos entregues serão analisados pela Secretaria do IPASPMJ, no ato da entrega ou em até 2 (dois) dias úteis.

4.4. Havendo falha, restrição ou ausência de algum documento exigido neste edital, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, justificadamente, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, sob pena de inabilitação.

5. DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DO SERVIÇO

5.1. A prestação dos serviços dar-se-á no consultório do profissional credenciado mediante aviso por escrito (e-mail ou whatsapp) com 05 (cinco) dias de antecedência.

6. Da forma de escolha da ordem de atuação dos profissionais.

6.1. Todos os médicos credenciados estarão aptos a prestar os serviços constantes deste edital quando necessário. No entanto, a fim de se estabelecer uma ordem,

bem como garantir rotatividade, após a abertura dos envelopes e credenciamento dos profissionais, será realizado um sorteio para se definir a ordem de atuação, a qual será respeitada até a expiração do presente credenciamento.

7. DOS IMPEDIMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO

7.1. Ficarão impedidas de participar:

7.1.1. As pessoas enquadradas no artigo 14, da Lei Federal nº 14.133/2021;

7.1.2. As pessoas que estejam declaradas inidôneas pela Administração Pública ou temporariamente impedidas de licitar ou contratar com a Administração;

7.1.3. O servidor efetivo da Câmara Municipal ou da Prefeitura Municipal de Jaguariáiva e suas Autarquias Municipais.

7.1.4. O titular de mandato eletivo.

7.2. O credenciamento estará condicionado à análise da documentação apresentada pelos interessados, observada a necessidade e conveniência do IPASPMJ.

7.3. O credenciamento não se configurará como vínculo empregatício.

7.4. As informações relativas à habilitação são de inteira responsabilidade do informante, que responderá civil e criminalmente por imprecisão ou ausência de veracidade.

7.5. O médico/clínica médica deve estar habilitado para o exercício da medicina, sem qualquer impedimento.

7.6. O médico, no desempenho de sua atividade, deve conhecer e cumprir na íntegra as Resoluções do Conselho Federal de Medicina e do CRM-PR – Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná.

7.7. O médico, no desempenho de sua atividade, deve conhecer e cumprir na íntegra as Resoluções do Conselho Federal de Medicina e do CRM-PR – Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. Realizar os exames médicos relativos ao COMPREV, conforme indicação, registrando os resultados conforme estabelecido nos formulários apresentados.

8.2. Manter, durante a vigência do contrato, as condições exigidas para sua habilitação;

8.3. Comunicar à Autarquia a ocorrência de qualquer irregularidade de que tenha conhecimento;

8.4. Zelar pela observância do Código de Ética Médica, principalmente no que se refere aos impedimentos relativos às atividades inerentes ao contrato;

8.5. Não ceder ou transferir, total ou parcialmente, a execução dos serviços para os quais foi contratado e capacitado;

8.6. Não alterar as instalações e o endereço comercial sem comunicar previamente ao IPASPMJ;

8.7. Permitir o acompanhamento e fiscalização por servidores do IPASPMJ ou por terceiros por ele contratados para essa finalidade;

9. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. Dar condições para a execução do objeto deste Edital;

9.2. Cumprir a obrigação de pagamento, observando as condições fixadas no Edital, seus Anexos e no contrato firmado com o CONTRATADO;

9.3. Fiscalizar a execução do contrato, fazendo cumprir as exigências fixadas no Edital e seus Anexos;

9.4. Prestar informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados pelo CONTRATADO e que digam respeito à natureza dos serviços que tenha de executar;

9.5. Exercer a fiscalização, a qualquer tempo, e efetuar o controle de qualidade dos serviços por profissionais especialmente designados.

9.6. Para solicitação de perícias médicas, a CONTRATANTE respeitará a área de especialidade de cada caso, em sistema rotativo sempre que possível.

10. DO VALOR FIXADO POR PROCEDIMENTO

10.1. O valor de cada procedimento será estabelecido conforme a Tabela Honorária abaixo discriminada:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR
01	Realizar junto ao sistema COMPREV, análise acerca da CARACTERIZAÇÃO DA DOENÇA acometida pelo segurado aposentado por invalidez, para o fim de indicar a sua natureza (se natureza grave, ou acidente de trabalho).	R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais)

10.1.1. O valor constante na Tabela poderá ser ratificado pelo Conselho de Administração do IPASPMJ.

10.1.2. Em caso de necessidade de realização de reavaliação em prazo inferior a 30 dias à análise já realizada, não será devido qualquer pagamento ao médico credenciado.

11. FORMA DE PAGAMENTO

11.1. O procedimento para pagamento dos valores devidos pelos serviços prestados pelo CONTRATADO observará a seguinte ordem:

11.1.1. Apresentação das autorizações para realização das análises médicas, emitida por responsável do IPASPMJ;

11.1.2. Os valores serão postos mensalmente à disposição do CONTRATADO, junto ao IPASPMJ até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente àquele em que os serviços forem prestados;

11.1.3. Os valores serão pagos ao profissional contratado somente após a finalização da análise médica, bem como a aposição de assinatura do médico no Recibo de Pagamento de Autônomo (RPA) ou nota fiscal eletrônica;

11.1.4. Os valores a serem pagos não sofrerão qualquer tipo de correção ou reajuste durante a vigência do Contrato, sendo corrigidos pelo índice INPC do período, no momento de eventual renovação.

12. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

12.1. O Prazo de vigência do credenciamento é de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de publicação da Lista Geral de médicos credenciados, podendo ocorrer a renovação por igual período a critério do Conselho de Administração;

12.2. O prazo estipulado no subitem 10.1 deste Edital, quando à vigência do credenciamento, nos exercícios subsequentes ao da assinatura do credenciamento, estará sujeito à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas Leis orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

13. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

13.1. Os pedidos de impugnação do presente Edital, com possibilidade prevista na Lei

